ATA NÚMERO DEZANOVE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2025 – REUNIÃO PÚBLICA MENSAL

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Maria Luísa Dias Gomes, Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues e Cristina Maria Campos Guerra, Vereadores. ----------

Secretariou a reunião Célia Maria Candeias Ferreira, Técnica Superior. ----------

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas nove horas e trinta minutos. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

O Senhor Presidente usou da palavra, cumprimentando todos os presentes e começou por referir que, a convite da Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Matança, havia marcado presença, juntamente com o Senhor Vereador Alexandre Lote, na inauguração do parque de merendas que foi construído na Fonte Fria, mais concretamente na área envolvente da Santa Eufémia. ----------

O Senhor Vereador Alexandre Lote cumprimentou todos os presentes e começou por referir que no dia 09 de setembro havia marcado presença na visita que os participantes do Projeto de envelhecimento ativo, no âmbito do encerramento do ano letivo 2024/2025, realizaram a Peniche e Fátima, sendo que se tratou de uma atividade absolutamente extraordinária e inesquecível e, neste sentido, manifestou o seu agradecimento, deixando uma palavra de congratulação ao Gabinete de Desporto do Município de Fornos de Algodres, ao CLDS 5G, a todos os Assistentes Operacionais que têm acompanhado o referido Projeto, assim como ao Coordenador do mesmo, Prof. Ricardo Fernandes, por todo o trabalho realizado ao longo do ano letivo e por se ter concluído o mesmo com chave de ouro. ----------

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção referindo que tinha estado presente numa reunião com o Sindicato da área da Educação, reunião essa mais direcionada para a questão dos Assistentes Operacionais, em que foram apresentadas algumas das reivindicações que irão ser feitas junto do Governo e que se encontram perfeitamente ajustadas à linha de pensamento do Município de Fornos de Algodres, em termos de necessidades do Setor da educação, nomeadamente a questão da revisão dos rácios dos Assistentes Operacionais nas escolas e da valorização da respetiva tabela salarial. ----------

O Senhor Vereador Alexandre Lote informou também que havia sido aprovada a candidatura do “Expresso do Alto Mondego”, candidatura essa que foi elaborada há mais de dois anos, em parceria com a Câmara Municipal de

Nelas, Gouveia e Mangualde e que se reveste da maior importância, uma vez que permitirá que os quatro Municípios envolvidos consigam desenhar Programas, em conjunto com a CP – Comboios de Portugal, no sentido de se facultar animação, quer dentro do próprio comboio, quer no território, aquando da chegada dos turistas. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Vereador Alexandre Lote sublinhou que se trata de uma candidatura da qual todos se devem orgulhar, visto que o Município de Fornos de Algodres foi o Município líder da mesma e, neste sentido, sublinhou que no dia 22 de setembro se deslocaria Coimbra, no sentido de proceder à assinatura do Acordo de parceria para a execução da referida candidatura. ----------

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção dando nota de que, felizmente, já se estava a operacionalizar a reabertura do troço do IP5, uma vez que os trabalhos já haviam sido concluídos, troço esse que de facto impacta bastante no dia-a-dia de muitos fornenses e mais informou que na semana anterior se tinha dado inicio aos trabalhos para a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade do Município de Fornos de Algodres, no seguimento da aprovação de uma candidatura, por parte do Fundo Ambiental, estando-se já a elaborar o trabalho de base, nomeadamente a identificação das respetivas paragens. ----------

Tal como já havia sido referido pelo Senhor Presidente, o Senhor Vereador Alexandre Lote deu nota de que tinha estado presente na inauguração do Parque de merendas da Santa Eufémia, tendo ficado bastante agradado pelo facto de a Senhora Presidente de Junta da Freguesia da Matança ter sublinhado a importância que o Senhor Presidente teve, tanto na aprovação do Projeto, em que foram criadas condições para que a Junta de Freguesia pudesse encontrar os canais certos para submissão da candidatura, como na concretização do mesmo, nomeadamente a nível da infraestruturação da água no espaço em causa, uma vez que foram os Serviços do Município de Fornos de Algodres que deram reposta à referida necessidade, sendo que teria de deixar uma palavra de congratulação ao Serviço de Águas, na pessoa do Encarregado, Senhor Joaquim, pela excelência dos serviços prestados. ----------

Para terminar, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que tinha tido, finalmente, uma reunião, no terreno, com a ADS Telecom, sendo que, tudo indicava que o Processo das zonas brancas da fibra ótica, do qual se tem falado recorrentemente em reuniões prévias, ficaria finalizado, no dia seguinte à presente reunião, uma vez que a CCDR Norte finalizaria o concurso. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Vereador Alexandre Lote sublinhou que tinha estado com a ADS Telecom, uma vez que havia um compromisso firmado com o anterior Governo no sentido de que o Município de Fornos de Algodres fosse dos primeiros Municípios a ser detentor da infraestrutura, uma vez que também foi dos primeiros Municípios a fazer a identificação das zonas brancas no concelho, o que deu imenso trabalho naquela época. Neste contexto, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que havia sido proposto pela ADS Telecom que o armário ficasse situado em Casal Vasco, na zona do Rossio, sendo que será a partir desse ponto que a fibra ótica será distribuída para a maioria das outras zonas do concelho de Fornos de Algodres, havendo eventualmente zonas, nomeadamente do outro lado do rio, que possam vir a ser alimentadas por outra infraestrutura, nomeadamente pela que está situada em Celorico da Beira e, neste âmbito, mais referiu que a fibra ótica em causa, não será igual à fibra ótica que foi colocada anteriormente, por volta de 2009/2010, uma vez que se trata da chamada fibra escura, que permite que qualquer operador se possa ligar à infraestrutura,

o que é de facto muito vantajoso para o concelho de Fornos de Algodres, sobretudo para os utilizadores, visto que gera concorrência e, tendencialmente, preços mais baixos. ----------

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra cumprimentando todos os presentes e começou por referir que, tal como o Senhor Vereador Alexandre Lote havia mencionado, no dia 09 de setembro também tinha estado presente no passeio dos idosos a Peniche e Fátima, tendo-se tratado de uma experiência diferente e muito gratificante, em que alguns deles tiveram a coragem de praticar Bodyboard e, mais informou, que também tinha marcado presença na reunião com a FNE-Sindicato da Educação, juntamente com o Senhor Vereador Alexandre Lote, sendo que se não se tiver os Assistentes Operacionais necessários nas escolas, não se poderá garantir a segurança dos jovens, pondo em causa o bom funcionamento dos serviços. ----------

Para terminar a Senhora Vereadora Luísa Gomes informou que no início do ano letivo se verificou a respetiva normalidade, tendo as reuniões com os Encarregados de Educação decorrido da melhor forma, sendo que, por parte do Município de Fornos de Algodres foi tudo assegurado e devidamente acautelado, quer em termos logísticos, quer em termos de recursos humanos, por forma a que não surgisse qualquer tipo de reclamação. -----

O Senhor Presidente usou da palavra dando nota de que a receita líquida relativamente à bilheteira das Festas em honra a Nossa Senhora da Graça importou em nove mil, duzentos e vinte e três Euros, pelo que, conforme deliberação prévia, será celebrado um Protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, no sentido de lhe ser entregue o respetivo montante. ----------

No seguimento do explanado pelo Senhor Presidente relativamente à celebração do Protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, o Senhor Vereador Alexandre Lote acrescentou que ainda não estava definido se se iria elaborar um novo Protocolo ou se se iria reforçar o Protocolo já existente, inerente à aquisição de uma ambulância, em que estavam previstos cinquenta mil Euros, eventualmente através de uma adenda ao mesmo, no sentido de reforçar o referido financiamento, com o valor da bilhética das Festas em honra a Nossa Senhora da Graça. ----------

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra cumprimentando todos os presentes e no seguimento de um telefonema que havia recebido por parte do Senhor Presidente, em que lhe foi solicitada uma cópia do cartão de cidadão, para recebimento de um valor da CCDR, respeitante a uma caução, sublinhou que, uma vez que não sabia do que se tratava, nem recebeu qualquer documentação inerente à referida situação, gostaria de ser elucidada e esclarecida relativamente ao desfecho do assunto, nomeadamente se a caução já foi recebida e, caso o tenha sido, como é que se teve acesso à cópia do seu cartão de cidadão e, mais acrescentou que estranhou bastante a situação, até porque atualmente, o referido documento já nem sequer poderá ser solicitado. ----------

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção referindo que de facto sempre se verificou, por parte do Município de Fornos de Algodres, uma grande falta de compromisso relativamente à entrega da documentação, sendo que o Senhor Presidente ficou de lhe entregar a relação dos pagamentos efetuados pelas obras da Escola Básica de Figueiró da Granja e Mercado Municipal, assim como a justificação do valor da caução na conta criada para tal fim, a qual nunca conseguiu perceber, sendo que, até à data, nem sequer teve conhecimento dos valores que foram realmente pagos, uma vez que a documentação nunca lhe foi facultada. No

que concerne às Festas em honra a Nossa Senhora da Graça, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues sublinhou que não se pretendia apenas ter conhecimento do valor da bilheteira, mas sim saber qual foi o compromisso e em quanto ficou a despesa com o referido evento, assim como havia solicitado, por escrito, que fosse elaborado um novo Regulamento de taxas e tarifas que contenha a respetiva atualização dos preços praticados, tendo em conta os custos associados e, até à presente data, também não foi feito, continuando em vigor o de 2013, cuja atualização apenas se tem verificado com base na inflação. Ainda relativamente a esta temática, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que relativamente ao pavilhão da Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres, a arrecadação da receita, não é efetuada pelo Município de Fornos de Algodres, mas sim pela própria escola, quando o FAM dita que se deve considerar todos os bens do Município que possam ter receita e rentabilidade, sendo que, no referido caso, nunca se atuou nesse sentido, constando inclusivamente, à data, na plataforma do Agrupamento de Escolas, o respetivo Regulamento de utilização, cujos preços estão completamente desatualizados. ----------

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção dando nota de que tinha tido conhecimento, embora sem ter tido oportunidade de apurar se se trataria de um assunto verídico, que o limite máximo de velocidade na A25 havia passado a ser de 100 Kms/hora e, neste sentido, sublinhou que, a ser verdade, considera que o Município de Fornos de Algodres se deveria manifestar, no sentido de afirmar a quem de direito, que não há qualquer tipo de razão ou fundamento para que tal aconteça, sendo que cada condutor deverá ser responsável, em função do veículo que conduz e em função das condições atmosféricas e até do estado da própria estrada, até porque se há um Regulamento que estipula que o limite máximo de velocidade numa Auto-estrada é de 120 kms/hora, não se percebe o porquê de se querer, atualmente, implementar o limite máximo de velocidade de 100 Kms/hora em todo o troço da A25, pois será muito limitativo, principalmente para as próprias empresas, cujo fator tempo é fundamental para o bom cumprimento dos seus compromissos. ----------

No seguimento da intervenção do Senhor Vereador Alexandre Lote relativamente à elaboração de uma candidatura inerente ao Plano Municipal da Mobilidade do Município de Fornos de Algodres, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues, e uma vez que não havia tido conhecimento da mesma, questionou qual o ponto de situação da criação da plataforma dos transportes a pedido, sendo que já há bastante tempo que se colocou a respetiva sinalética nas freguesias do concelho de Fornos de Algodres, no entanto não se tem conhecimento se a mesma foi implementada e se se encontra em funcionamento, pois como é apanágio do Município de Fornos de Algodres, não se divulgam determinadas atividades nem se dão a conhecer a todos os Vereadores, esperando sinceramente que o próximo Executivo Municipal venha a ter outra forma de atuação, sem omitir ou não divulgar aos elementos da oposição, o que na realidade se passa na gestão camarária e se comprometa a apresentar nas reuniões, todos os documentos que forem solicitados. ----------

Ainda no que concerne à questão da não atualização do Regulamento de taxas e tarifas, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues sublinhou que também as lojas do Mercado Municipal continuam arrendadas pelo preço de trinta Euros, sem que, até à data, não tenham sido devidamente atualizadas, em função das obras de

requalificação do referido Mercado e em prejuízo de todos aqueles que são proprietários de outras lojas na vila de Fornos de Algodres e que pagam os devidos impostos. ----------

A Senhora Vereadora Cristina Guerra usou da palavra cumprimentando todos os presentes e começou por fazer uma recomendação inerente à atribuição dos suplementos de insalubridade aos Assistentes Operacionais das escolas que, tal como tinha sido referido em reunião prévia, o Sindicato nunca havia reivindicado, e neste contexto, sublinhou que gostaria que tal facto fosse levado em atenção, uma vez que muitas vezes, sobretudo no Jardim de Infância e na Escola Primária, as valências só funcionam porque se pode contar com o excelente trabalho dos Auxiliares de Ação Educativa, que, embora não sejam detentores de formação superior, são eles que tão bem cuidam das crianças diariamente e continuam a ser subvalorizados pela Sociedade. Perante o exposto, e tal como o Senhor Presidente havia referido há algum tempo, a Senhora Vereadora Cristina Guerra sublinhou que tal suplemento visa compensar monetária e financeiramente os referidos funcionários pelo trabalho de excelência que realizam, trabalho esse que, em termos de tabelas salariais, não é devidamente reconhecido e remunerado.

No seguimento do explanado pelo Senhor Vereador Alexandre Lote relativamente à fibra ótica, a Senhora Vereadora Cristina Guerra questionou se a mesma apenas irá cobrir os pontos brancos ou visará fazer a cobertura de todo o concelho e, mais referiu, que no seguimento do que havia sido proferido pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues relativamente à solicitação por parte do Senhor Presidente, do cartão de cidadão das Senhoras Vereadoras da oposição, para se poder receber uma caução da CCDRCentro, referiu que desconhece completamente tal situação, nem sabe a que diz respeito, pelo que gostaria de ser devidamente esclarecida, no sentido de saber se tal caução se reporta ao atual mandato ou a mandatos anteriores. ----------

O Senhor Presidente usou da palavra e relativamente à questão da solicitação dos cartões de cidadão às Senhoras Vereadoras Joaquina Domingues e Cristina Guerra, sublinhou que também é apanágio da Senhora Vereadora Joaquina Domingues manifestar-se e insinuar sobre o que não aconteceu, sendo que já deveria conhecer muito bem o Senhor Presidente para saber que jamais solicitaria cópia do cartão de cidadão das Senhoras Vereadoras a terceiros, e neste sentido, fez questão de deixar muito claro que não tem em seu poder cópias dos cartões de cidadão das mesmas, até porque tal facto pressupõe sempre autorização prévia por parte dos envolvidos. Neste contexto, e para que tudo ficasse devidamente esclarecido, o Senhor Presidente referiu que a solicitação dos cartões de cidadão, facto esse que, ao abrigo da Lei, também foi estranhado pelo Senhor Presidente, se deveu ao facto de os mesmos terem sido solicitados por parte da CCDRCentro, no entanto, e como também foi estranhado pelo Senhor Vereador Alexandre Lote, o mesmo decidiu contactar a Caixa Geral de Depósitos, no sentido de tentar perceber o porquê de ter de se entregar cópias dos cartões de cidadão, pelo que, seguidamente, o mesmo passará a fazer a devida explanação do assunto. ----------

No que concerne às Festas em honra a Nossa Senhora da Graça, o Senhor Presidente referiu que todos os documentos inerentes às várias contratações públicas efetuadas, estão patentes na plataforma Base GOV e poderão ser consultadas e, no que diz respeito à questão da receita do pavilhão da escola e à questão do que é ditado pelo FAM, o Senhor Presidente referiu que também não será o valor da referida receita que fará com que se consiga diminuir substancialmente a divida que foi deixada pelo anterior Executivo Municipal. ----------

Relativamente à questão da A25, o Senhor Presidente referiu que nunca ouviu falar de tal medida, desconhecendo se a mesma é, ou não, verídica e, no que concerne ao transporte a pedido, o Senhor Presidente sublinhou que a situação correu mal ao nível da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, sendo que o referido serviço apenas funciona no Fundão e até aí tem apresentado bastantes problemas, tendo ficado decidido em reunião que deverão ser os próximos Presidentes de Câmara que deverão reformular todo o Projeto, uma vez que também foi recentemente aprovada uma candidatura no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, que permitirá adquirir cerca de vinte ou trinta autocarros elétricos para a região, sendo que também ficou decidido em reunião prévia que deverão ser os próximos dirigentes autárquicos a gerir os novos autocarros. ----------

No que diz respeito à intervenção da Senhora Vereadora Cristina Guerra relativamente ao suplemento de insalubridade, o Senhor Presidente manifestou a sua concordância, no entanto, referiu que atualmente a Lei não permite que se proceda à atribuição do mesmo aos referidos funcionários. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente acrescentou que seria importante que houvesse uma alteração à Lei no sentido de se acautelar e resolver a situação dos referidos funcionários, até porque também reconhece que os mesmos trabalham com materiais de risco durante os procedimentos de limpeza e estão em constante contacto com dezenas de pessoas.

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra e relativamente à solicitação da cópia do cartão de cidadão à Senhora Vereadora Joaquina Domingues, referiu que a mesma está relacionada com a candidatura do Mercado Municipal, no sentido de se poder receber o valor final que ronda os quinze mil Euros, sendo que, neste sentido, foi solicitado ao Município de Fornos de Algodres que se procedesse à criação de uma conta especifica para finalização da candidatura. Neste contexto, mais informou o Senhor Vereador Alexandre Lote que o Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Américo Domingues, solicitou à Caixa Geral de Depósitos a respetiva abertura de conta, no entanto a referida entidade solicitou novamente ao Município de Fornos de Algodres, o RCBE – Registo Central de Beneficiário Efetivo, que, de acordo com a Lei, as autarquias locais estão isentas de apresentação. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Vereador Alexandre Lote sublinhou que, embora se tenha considerado uma demanda estranha por parte da Caixa Geral de Depósitos, foi solicitado ao Dr. Oliveira que tratasse de elaborar o referido RCBE, sendo que, para que tal fosse levado a efeito, seriam necessários os dados dos membros do Órgão Executivo, assim como cópia dos cartões de cidadão de cada um, mas, não muito conformado com o que havia sido solicitado, uma vez que considerou a situação muito estranha, o Senhor Vereador Alexandre Lote contactou a Caixa Geral de Depósitos, após o contacto prévio do Senhor Presidente à Senhora Vereadora Joaquina Domingues, tendo-lhe sido transmitido pela referida entidade que na própria plataforma de abertura da conta constava a solicitação do RCBE, como campo obrigatório de preenchimento, pelo que não se conseguia avançar com o processo, impedindo assim a finalização da abertura de conta. Neste contexto, o Senhor Vereador Alexandre Lote reforçou que as autarquias locais estão isentas de apresentação do mesmo, sendo que a Caixa Geral de Depósitos ficou de contactar novamente o Departamento de Informática, no sentido de libertar a obrigatoriedade de submissão do RCBE e, como tal, já não foi necessário que o Senhor Presidente contactasse a Senhora Vereadora Cristina Guerra nesse sentido, tal como também já não foi

necessário reforçar a solicitação junto da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, visto que não há qualquer tipo de obrigatoriedade, por parte do Município de Fornos de Algodres, de apresentação do referido RCBE. Face ao exposto pelo Senhor Vereador Alexandre Lote, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou se o Município de Fornos de Algodres já havia recebido a referida caução, ao que o Senhor Vereador Alexandre Lote respondeu que ainda não se havia recebido o valor em causa, até porque ainda não se tinha conhecimento se a situação inerente à plataforma da Caixa Geral de Depósitos já tinha sido devidamente ultrapassada. ----------

No que concerne às verbas inerentes à Escola Básica de Figueiró da Granja e do Mercado Municipal, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que havia dado nota das mesmas em reunião de Câmara, tendo as mesmas ficado devidamente registadas em ata, tal como ficou devidamente registado em ata a correção do valor do arrendamento das lojas do Mercado Municipal. ----------

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção e, no que diz respeito à questão da limitação da velocidade na A25, referiu que, ao que parece, se trata de uma situação que está a ser instituída, embora ainda não conste em nenhum Decreto-Lei, sendo que no troço até à Guarda o limite de velocidade já é quase sempre de 100 Kms/hora, mas na ligação a Viseu, aí sim, sentir-se-á um impacto maior, uma vez que o troço ainda é maioritariamente de 120 Kms/hora. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que não considera normal que se tome tal decisão, sem que, pelo menos, se consultem as Comunidades Intermunicipais, nas quais os municípios estão representados, pelo que concorda que se faça uma manifestação, no entanto, considera que, à posteriori, os Deputados também se devem manifestar no momento da apresentação da proposta de restituição da velocidade, com base no respeito pelas populações e não atuem como a Deputada do PSD, que votou contra a abolição das portagens na A25. ----------

No que concerne à questão da fibra ótica, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que os Governos conseguiram abrir a referida questão à concorrência, sendo que, atualmente, já existe no território as operadoras “Nós” e “Altice”, que partilham infraestruturas, o que foi de facto um ganho de causa muito importante, sendo que a fibra ótica irá ser instalada nas zonas que não estavam cobertas por fibra, no concelho de Fornos de Algodres. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que ainda há zonas brancas em quase todas as freguesias do concelho, sendo que foi calculado que se possa abranger mais de mil e duzentas casas que atualmente não estão cobertas no concelho de Fornos de Algodres, o que é de facto bastante importante, uma vez que a fibra ótica é decisiva no que concerne ao desenvolvimento dos territórios, caso contrário, não se conseguirá atrair pessoas, nem funcionará o teletrabalho, que hoje em dia é tão utilizado. Para terminar, o Senhor Vereador Alexandre Lote sublinhou que com a referida fibra e com a infraestrutura já existente, e uma vez que também já se verifica a existência de concorrência no território, há cerca de meio ano, todos ficarão muito bem servidos e a preços muito mais baixos, uma vez que a concorrência, tendencialmente, irá gerar tal efeito. ----------

A Senhora Vereadora Cristina Guerra usou da palavra e relativamente à fibra ótica referiu que, enquanto consumidora, o montante que paga é exorbitante, atendendo à má qualidade da velocidade do serviço prestado, sendo que tem sentido graves dificuldades, o que a tem obrigado a contactar a “Meo” para reclamar, uma vez que não consegue trabalhar e, no âmbito da questão da divida do Município de Fornos de Algodres, a Senhora

Vereadora Cristina Guerra sublinhou que, por questões que se perderam no tempo dos 50 anos da democracia e, provavelmente por falta de qualidade dos autarcas do interior, verifica-se que o território está a definhar, sendo que, muito sinceramente, não consegue visualizar a forma como fazer face ao pagamento da referida divida e, mais acrescentou que os municípios que atualmente não tenham uma divida, terão certamente menos recursos financeiros, sendo que, na sua opinião, as Comunidades Intermunicipais do interior deveriam fazer pressão ao nível do Governo Central, uma vez que o interior carece de discriminação positiva ao nível de impostos e outras infraestruturas e deveria ser encarado, tal como são encaradas as regiões insulares, nomeadamente a Ilha Madeira e Ilha dos Açores, no sentido de conseguir, pelo menos, manter o atual nível populacional, para além de que seria extremamente importante que se verificasse uma conjugação de esforços para a criação de sinergias, em detrimento de continuar a duplicar serviços nos vários municípios. Ainda relativamente a esta temática, a Senhora Vereadora Cristina Guerra sublinhou que é imperativo a criação de recursos financeiros no interior, criando eventualmente uns rácios que tenham em conta a dimensão dos territórios, não permitindo que o mesmo continue a definhar e a perder população. ----------

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra manifestando a sua concordância com o Senhor Presidente no que concerne ao baixo valor da receita do pavilhão da Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres e, mais acrescentou, que não considera que a mesma não deva ser canalizada para a escola, tal como se tem verificado até à atualidade, no entanto tal facto deveria ter sido decidido em reunião de Câmara, com a devida deliberação por parte do Órgão executivo, não se podendo continuar em incumprimento, relativamente ao compromisso existente para com o FAM. ----------

Relativamente ao limite de velocidade que possa vir a ser considerado para a A25, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que há muitas pessoas que utilizam a A25 em função do seu trabalho, nomeadamente as empresas de transporte e, tal situação, irá prejudicá-las com toda a certeza, em termos de tempo. Neste sentido, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues considera que o Município de Fornos de Algodres deverá estar atento à situação e deverá organizar algum protesto ou manifestação ou, eventualmente, deverá solicitar um pedido de esclarecimento, por forma a evitar que tal medida se concretize e relativamente ao que foi proferido relativamente aos transportes a pedido, que por algum motivo não funcionaram como deve ser, ao nível da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que o Município de Fornos de Algodres investiu nesse sentido e teve os seus gastos, pelo que, gostaria de saber, qual o valor dos mesmos e se foram imputados à Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, ao que o Senhor Presidente respondeu que se trata de um Projeto da Comunidade Intermunicipal e que não tinha conhecimento da percentagem dos gastos por parte das partes envolvidas, no entanto poderia revisitar o documento, no sentido de aferir tais dados. ----------

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção manifestando a sua concordância com a Senhora Vereadora Cristina Guerra relativamente às medidas para contrariar o definhamento do interior, e, mais acrescentou, que é urgente a revisão da Lei das Finanças Locais e a implementação das medidas de discriminação positiva no interior, para além de que os Deputados eleitos também deverão zelar pelo território, o que não aconteceu por parte da

Deputada Dulcineia, do PSD, que votou contra a medida de abolição das portagens na A25, medida essa que o Senhor Presidente espera sinceramente, que não venha a ser revertida. ----------

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra sublinhando que é urgente rever a Lei das finanças Locais, uma vez que os territórios do interior têm serviços altamente deficitários, nomeadamente no âmbito dos custos de dotar uma habitação, inserida em espaço rural, com água canalizada ou mesmo no que concerne ao sistema de recolha de lixo, que, num prédio, num centro urbano, consegue logo pagar o motorista, assim como o próprio veiculo utilizado para tal serviço, enquanto no interior tem de se percorrer vários Kms para conseguir recolher o que se recolheu num só prédio, em meio urbano, sendo que a Lei das Finanças Locais é muito insensível relativamente a essa temática, no entanto o Dr. Miguel Almeida, Presidente da Direção Executiva do FAM, tem apresentado em vários momentos, na Associação Nacional de Municípios, um caminho que visa precisamente a revisão das Finanças Locais que, felizmente, tende em corrigir tal problema. O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção referindo que para que se consiga manter a devida qualidade e reverter as tendências, é fundamental dispor de serviços de inegável qualidade na área da saúde e da educação, sendo que são áreas em que o Estado não pode falhar, no entanto tem falhado nos últimos anos, para além de que se deveria reduzir a carga fiscal de particulares e empresas, sendo que teme, quando se fazem propostas de redução transversal de IRC, uma vez que a mesma se aplica a nível nacional, acabando por retirar competitividade a quem se pretende instalar no interior. Neste sentido, o Senhor Vereador Alexandre Lote sublinhou que, na sua opinião, é preferível que tais taxas possam ser reduzidas em função da fixação das empresas no interior, porque aí sim, poder-se-ão gerar alguns ganhos, no sentido de as fixar no território, o que aumentará a densidade populacional, reduzindo efetivamente a enorme pressão que existe nos grandes centros urbanos. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

1-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04 DE SETEMBRO DE 2025. ----------

O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação. ----------

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. ----------

A Senhora Vereadora Cristina Guerra usou da palavra, passando a fazer a seguinte declaração: ----------

---------- *Declaração* ----------

"Declaro para registo em ata que o Aviso do Processo da consulta pública relativamente ao PDM não indica a data nem a publicação em Diário da República e a ata e minuta divulgada não contém data nem assinatura e o despacho, igualmente, sem data e assinatura é atribuído ao Vice-Presidente, sem que tenha sido fornecido aos

membros do Órgão Executivo. Considero essencial que as atas deste mandato sejam submetidas e decididas dentro do próprio mandato, garantindo a transparência e rigor documental." ----------

O Senhor Presidente usou da palavra e relativamente à segunda parte da intervenção da Senhora Vereadora Cristina Guerra, referiu que a última reunião de Câmara será realizada no dia 02 de outubro de 2025, sendo que a respetiva ata deverá ser elaborada e aprovada nesse próprio dia, embora a Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela não atue dessa forma, sendo que ainda irá reunir logo após as eleições do dia 12 de outubro de 2025, uma vez que ainda não se terá procedido à tomada de posse dos novos elementos. ------

2-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE CARTA SOCIAL 2025-2028. ----------

A Carta Social do Município de Fornos de Algodres constitui um estudo de análise da dinâmica da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, com o objetivo de dar a conhecer as respostas sociais em funcionamento no concelho, no âmbito da ação social, desenvolvidas pelas instituições das redes pública e privada. ----------

Este estudo inclui uma análise de cada equipamento, reunindo, para além da identificação da entidade e da sua caraterização, outras informações, tais como: localização geográfica; âmbitos de intervenção/respostas sociais; serviços disponibilizados; capacidade de acolhimento; número de utentes efetivos e em lista de espera; condições físicas do edifício sede; caraterização dos recursos humanos afetos; projetos em curso, previstos e/ou necessários; fontes de financiamento; cobertura territorial das respostas existentes; parcerias e acordos de cooperação. ----------

Desta forma, a Carta Social pretende ser uma ferramenta multifacetada, sistematizando informação atualizada sobre as respostas sociais em funcionamento no concelho, servindo de suporte informativo aos cidadãos e, sobretudo, de apoio na tomada de decisão e na cooperação institucional. ----------

Assume-se, por isso, como um instrumento essencial na avaliação e definição das políticas sociais, bem como no apoio ao planeamento, possibilitando a programação e coordenação da intervenção dos diferentes parceiros sociais. O seu contributo para a maximização dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis é igualmente de grande importância. ----------

Este documento foi elaborado com base no Diagnóstico Social 2024/2027 do concelho de Fornos de Algodres, realizado através de um processo de participação das entidades locais com intervenção social, e assenta na informação recolhida nesse documento e através de um levantamento presencial realizado durante o mês de janeiro de 2025, tendo participado neste estudo as 10 entidades da rede solidária (IPSS) e o Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres. ----------

Tendo a Carta Social recebido parecer favorável do Conselho Local de Ação Social de Fornos, remete-se a mesma para que possa ser apreciada e votada em reunião de Câmara, e posterior envio à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. –

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra começando por referir que o documento em apreciação foi elaborado pelos técnicos do "Radar Social". Para que este pudesse ser apreciado em reunião de Câmara e posteriormente enviado à Assembleia Municipal, foi necessário o respetivo parecer do Conselho Local de Ação Social. Este parecer foi aprovado por unanimidade, resultando na emissão de um parecer favorável. Ainda relativamente a esta temática, a Senhora Vereadora Luísa Gomes sublinhou que, por uma questão temporal, a Carta Social só será submetida a apreciação e votação na Assembleia Municipal de dezembro de 2025, e trata-se de uma caracterização da rede de serviços e equipamentos sociais, sendo que, atualmente, se dispõe de dez IPSS(s), quarenta respostas sociais, distribuídas por quatro áreas de intervenção que visam o apoio a setecentos e oitenta e nove utentes, embora se possa verificar eventualmente alguma alteração, uma vez que os dados são datados de dezembro de 2024, e asseguram duzentos e noventa e um postos de trabalho. Mais informou a Senhora Vereadora Luísa Gomes que as respetivas áreas de intervenção estão relacionadas com a área da terceira idade, infância e juventude, reabilitação e deficiência e família e comunidade, sendo que, no que concerne ao apoio às pessoas idosas, as principais respostas são nove serviços de apoio domiciliário, nove estruturas residenciais para pessoas idosas, sete centros de dia, sendo que as ERPI(s) têm atualmente uma ocupação de 100%, existindo inclusivamente uma lista de espera de duzentas e catorze pessoas. No que diz respeito ao serviço de apoio domiciliário, a Senhora Vereadora Luísa Gomes referiu que a taxa de utilização é inferior, rondando os 82%, prestando apoio a duzentos e noventa e sete utentes, sendo que os centros de dia é que se encontram bastante abaixo da média, com uma taxa de utilização de 28% e prestando apoio a quarenta e três utentes, o que indica que as pessoas preferem claramente ficar na sua própria casa e usufruir do bom serviço de apoio domiciliário, sendo que a taxa de cobertura da população a nível geral, com 65 ou mais anos, é de 47,1%. A Senhora Vereadora Luísa Gomes prosseguiu a sua intervenção e, relativamente à área da infância e juventude referiu que se dispõe de uma creche, estando outra em construção em Infias, sendo que a creche de Fornos de Algodres da APS, tem uma taxa de utilização de 100% e tem uma lista de espera de doze crianças. No que concerne ao centro de atividade de tempos livres, a Senhora Vereadora Luísa Gomes referiu que tem uma taxa de utilização de 95%, com quarenta e nove crianças apoiadas (no ano letivo anterior) e o pré-escolar (embora inserido na área da educação) conta com três estabelecimentos, em que estavam matriculadas noventa crianças. No que concerne à reabilitação e deficiência, a Senhora Vereadora Luísa Gomes referiu que duas das respostas são provenientes da APS e do centro de atividades para capacitação e inclusão, com quarenta e nove utentes, o "SAVI" que é o serviço de apoio à vida independente com dezanove utentes e ainda a Unidade de cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia que tem uma utilização de 100%, com dezanove utentes. Em termos de desafios, a Senhora Vereadora Luísa Gomes sublinhou que após a análise swot elaborada, considera-se que os principais desafios estão relacionados com o envelhecimento populacional acelerado, a elevada procura por ERPI, devido à baixa utilização dos centros de dia e a necessidade de mais respostas na área da deficiência e, em termos de oportunidades, a Senhora Vereadora Luísa Gomes sublinhou que se trata de uma rede solidária consolidada e dinâmica, verifica-se uma cooperação interinstitucional crescente, projetos de expansão em curso

e inovação em programas municipais, existindo inclusivamente a intenção de criação de uma cooperativa social que, por sinal, até já tem nomenclatura, nomeadamente "Rizomaviva". Em termos de prioridades estratégicas para 2025/2028, a Senhora Vereadora Luísa Gomes referiu que se concluiu que há uma necessidade de diversificação de respostas, através da criação de uma estrutura residencial para pessoas com deficiência e expandir serviços domiciliários, fortalecer a cooperação, consolidar a cooperativa social e melhorar o trabalho em rede, não esquecendo a qualificação de recursos, investindo na formação continua e na certificação de qualidade dos serviços, por forma a assegurar um futuro mais inclusivo, equitativo e sustentável para o território. ----------

O Senhor Presidente usou da palavra começando por referir que a Carta Social foi elaborada pelos dois técnicos do "Radar Social", nomeadamente o Dr. José Pedro e a Dra. Natércia, em parceria com as instituições do concelho de Fornos de Algodres e outros serviços, sendo que se trata de um documento bastante importante, com o retrato das valências sociais existentes no concelho de Fornos de Algodres. Neste contexto, o Senhor Presidente referiu que se verifica a necessidade de diversificar as respostas, o que também permitirá o aumento de financiamento e, mais uma vez, o Estado terá de ter uma palavra a dizer relativamente ao processo, uma vez que as instituições trabalham muitas das vezes no seu limite, com margens financeiras muito baixas e em que a comparticipação que é feita pela Segurança Social é demasiadamente baixa, para além de que é cada vez mais difícil conseguir meios humanos para trabalharem nas referidas áreas, áreas essas que são extremamente exigentes e cujo ordenado é bastante baixo. ----------

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra referindo que é muito importante que o Município de Fornos de Algodres esteja sempre a par das dificuldades sociais existentes no concelho de Fornos de Algodres, dando-lhes um efetivo apoio, sendo que a presente análise swot é bastante elucidativa relativamente às necessidades. Posto isto, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues salientou o que o próximo Executivo Municipal se deverá dedicar a tão nobre causa, no sentido de fazer face às fraquezas identificadas através da análise swot, e, na medida do possível, ajudar e apoiar as referidas instituições, eventualmente através de uma maior sensibilização para que as pessoas frequentem os centros de dia. Ainda relativamente a esta temática, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que também se verifica que há de facto um baixo índice relativamente aos serviços de apoio à deficiência, serviços esses limitados em número e com taxas de utilização incompletas, sendo que seria importante tentar perceber o porquê de tal facto, criando um incentivo à criação de mais respostas e ao preenchimento das vagas que se encontram disponíveis. A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção e referiu que, relativamente ao Projeto Fornos Vida que é da responsabilidade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, é mencionado que há aulas de ginástica e hidroginástica, diariamente, e neste sentido, questionou onde seria possível ter acesso aos respetivos horários, tendo a Senhora Vereadora Luísa Gomes referido que há de facto aulas, diariamente, mas distribuídas pelas várias freguesias do concelho Fornos de Algodres, não sendo facultadas em simultâneo. Neste contexto, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues sublinhou que poderá de facto haver bastante oferta em termos de atividades, no entanto há uma lacuna que passa pela não divulgação das mesmas, para além de que quando forem divulgadas, não deverá ser apenas e só nas redes sociais, até porque se a taxa de envelhecimento é grande,

tal como consta na Carta Social, dever-se-á ter o cuidado de proceder ao reforço da divulgação das atividades, em meios acessíveis a toda a população. ----------

No seguimento do explanado pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, a Senhora Vereadora Luísa Gomes referiu que os técnicos de desporto estão diariamente nas freguesias do concelho, rotativamente, sendo que a própria divulgação das atividades se baseia muito no "passa palavra", no entanto concorda inteiramente que se comece a proceder à respetiva divulgação das atividades no site do Município de Fornos de Algodres. ----------

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção questionando se no CLAS só existem dez instituições, uma vez que não é feita referência, em ata, às entidades que estiveram ausentes, e, como tal, não transmite a correta imagem e visibilidade da composição fidedigna do CLAS do concelho de Fornos de Algodres. ----------

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que se o Município de Fornos de Algodres tivesse publicado fotografias das várias atividades levadas a efeito com os idosos nas freguesias do concelho de Fornos de Algodres, surgiria a severa critica de que se estariam a usar os idosos para promover o Município, em termos políticos, e mais referiu que, regra geral, os Presidentes de Junta de freguesia é que são os elos de ligação com os professores do Projeto, no sentido de identificar quais as pessoas de determinada faixa etária e que poderão querer participar nas referidas atividades. ----------

No seguimento do explanado pelo Senhor Presidente, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que nem todas as heranças deixadas pelo anterior Executivo Municipal foram más, tendo o Senhor Presidente sublinhado que sempre se orgulhará do trabalho que realizou, da mesma forma que o ex-Presidente da Câmara Municipal também se deverá orgulhar do que fez, até porque até pretendia ser candidato à Câmara Municipal de Fornos e Algodres, embora tenha sido impedido devido ao facto de o julgamento começar no próximo dia 10 de outubro no Tribunal Coletivo da Guarda. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente referiu que considera que também tenha errado algumas vezes, no entanto sairá de consciência tranquila, tendo feito, ao longo dos seus três mandatos, o melhor que pôde em prol do concelho de Fornos de Algodres, não se podendo queixar de nada, nem mesmo da oposição, nem de qualquer eventual sacrifício pessoal, uma vez que assumiu o cargo de livre e espontânea vontade, cargo esse, do qual sairá devidamente reconhecido para com as pessoas com quem contactou ao longo dos doze anos. ----------

Relativamente à questão das IPSS(s), O Senhor Presidente referiu que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres não lhes poderá doar qualquer tipo de subsídio, no entanto, tem contribuído sempre com o desenhar de um Plano de formação para os técnicos de todas as IPSS(s), o que tem sido devidamente reconhecido por todos os outros municípios e pela Segurança Social, libertando assim as referidas instituições de mais um custo financeiro. -------

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra sublinhando que o referido Plano de formação que é desenhado para as IPSS(s) tem de facto o seu propósito, sendo que o próximo Executivo Municipal o deverá continuar a considerar e, no que concerne ao que foi proferido pelo Senhor Presidente relativamente ao facto de o Dr. José Severino Miranda se ter disponibilizado para ser candidato à Câmara Municipal de Fornos de Algodres, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues sublinhou que tal facto é apenas da inteira responsabilidade do Senhor

Presidente, sendo que não reconhece tal facto nem se manifestará sobre o mesmo, no entanto ressalvou que também seria de bom tom que o Senhor Presidente reconhecesse que, de facto, o Projeto Fornos Vida teve inicio no mandato do Dr. José Severino Miranda e se lhe foi dado continuidade, é porque de facto lhe foi reconhecido algum valor, daí a Senhora Vereadora Joaquina Domingues ter referido que houve coisas que se herdaram do anterior Órgão de Gestão que foram más, mas outras houve que também tiveram o seu valor e se mantiveram ativas, em prol do bem-estar da população fornense. ----------
O Senhor Presidente usou da palavra e relativamente à questão do Plano de formação para as IPSS(s) sublinhou que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues havia criticado o referido Plano, sendo que é muito importante que se assuma uma mudança de opinião, e, no que concerne propriamente à questão do Projeto Fornos Vida, o Senhor Presidente salientou que, tal como é do conhecimento geral, tanto em reuniões de Câmara, como em Assembleias Municipais, sempre assumiu que o referido Projeto tinha nascido antes da sua tomada de posse, sendo que sempre lhe prestou o devido reconhecimento, não esquecendo também o que de bom foi feito anteriormente. Para terminar, o Senhor Presidente sublinhou que sairá da Câmara Municipal de Fornos de Algodres com a mesma tranquilidade com que assumiu funções e sempre estará disponível para continuar a trabalhar em prol das instituições de Fornos de Algodres, assim como em prol da população fornense. ----------

A Câmara deliberou aprovar por maioria com o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto vencido. ----------

---------- *Voto Vencido* ----------

"Declaro para a ata o meu voto vencido com os seguintes fundamentos: ----------

- A documentação remetida com a convocatória não cumpre os requisitos previstos na Norma de controlo interno, Plano de prevenção da corrupção e infrações conexas e no Regulamento das reuniões de Câmara, nem respeita a Legislação aplicável ao direito de oposição; ----------

- O documento, embora pronto desde julho do corrente ano, não se encontra datado e contém elementos que nunca foram previamente apresentados ao Órgão Executivo; ----------

- Identificam-se incoerências face ao mapa de pessoal recentemente aprovado, bem como divergências entre os elementos apresentados e aqueles utilizados como suporte de propostas e decisões do Executivo; ----------

- Até ao presente não foi apresentado relatório de atividades ou diagnóstico por parte da equipa do "Radar Social" nem o relatório da equipa do CLDS 5G, mencionado em ata do CLAS, foi dado a conhecer ao Executivo; ----------

- Há referências à CPCJ, sem que seja público quem preside a essa Comissão; ----------

- Foi apresentada a Creche de Infias, mas não se conhece o Protocolo com entidades terceiras que fundamentaram a candidatura, nem compatibilidade com a rede do ensino público e pré-escolar existente; ----------

- A proposta de agendamento não é subscrita pelo Vereador responsável pela Carta Social e Presidente do CLAS, mas sim por um Chefe de Divisão que não intervém no Processo." ----------

3-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE MONITORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS E INFRAÇÕES CONEXAS (PGRIC) DO ANO DE 2024. ----------

Considerando: ----------
- Que a alínea b), n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, determina a elaboração do relatório de avaliação anual, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação; --------
- O PGRIC, em vigor no Município de Fornos de Algodres impões, igualmente, a avaliação da monitorização das medidas de prevenção para eliminação e tratamento dos riscos de gestão e infrações conexas, suscetíveis de ocorrência; ----------
- Tendo terminado o ano de 2024, foi elaborado o relatório que sistematiza a informação obtida, avaliando o grau de execução do PGRIC; ----------
- Que o sucesso deste instrumento depende de uma monitorização eficaz, porquanto só através de mitigação dos riscos, se consegue uma gestão municipal transparente. ----------
Propõe-se a aprovação do mesmo pela Câmara Municipal e de seguida que seja dado conhecimento à Assembleia Municipal, assim como às entidades de tutela e fiscalização. ----------

O Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Américo Domingues usou da palavra referindo que o documento em apreciação aponta para cento e noventa e oito medidas, sendo que foram executadas cento e setenta e duas e encontram-se por executar vinte e seis medidas. Face ao ano de 2023, o Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Américo Domingues, referiu que foram executadas mais nove medidas, sendo que, algumas delas, ainda se encontram em execução, o que indica que 87% do Plano, se encontra executado. ----------
A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra referindo que havia medidas que já deveriam ter sido implementadas, nomeadamente a revisão de todos os Regulamentos Municipais, assim como a questão da Formação interna. Ainda relativamente a esta temática, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues fez referência ao enquadramento e aos objetivos, assim como à caracterização e missão, sublinhando que vários dos valores elencados, nomeadamente a questão do reporte, falharam literalmente ao longo das reuniões, visto que, por vezes se comprometiam a facultar determinada informação, assim como ficavam de responder a determinadas questões nas reuniões seguintes e tal nunca se verificou. Ainda relativamente a esta temática, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues sublinhou que os valores e a missão existem para serem devidamente considerados e cumpridos, tentando usar sempre de coerência em tudo aquilo que é proposto realizar, e, na sua opinião, tal não foi visível ao longo do mandato. Ainda relativamente a esta temática, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues mais informou que o documento em causa deveria ter sido submetido a apreciação e votação em abril de 2025 e não apenas na reta final do mandato, sendo que, apenas foi apresentado na presente reunião, uma vez que a Senhora Vereadora Cristina Guerra relembrou na reunião anterior, que o referido documento já deveria ter sido

devidamente apresentado, ao que o Senhor Presidente respondeu que a Senhora Vereadora Cristina Guerra fez referência a tal assunto na reunião anterior, tal como o tem referido sistematicamente em reuniões prévias. -------
Após a intervenção do Senhor Presidente, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues ressalvou que na reunião anterior o Senhor Presidente tinha ficado de facultar algumas respostas à Senhora Vereadora Cristina Guerra, na presente reunião, mas tal, mais uma vez, não se verificou, tendo o Senhor Presidente referido que não tinha apresentado as referidas respostas, uma vez que havia depreendido que a Senhora Vereadora Cristina Guerra estaria de férias e não iria comparecer na presente reunião, ao que a Senhora Vereadora Cristina Guerra respondeu que jamais faltaria a uma reunião de Câmara, sem aviso prévio, uma vez que não faz parte da sua forma de estar. ----------
O Senhor Presidente usou da palavra salientando que os valores relativos à Escola Básica de Figueiró da Granja e ao Mercado Municipal foram devidamente apresentados em reunião prévia, pelo Senhor Vereador Alexandre Lote, pelo que se encontram devidamente registados em ata, tendo a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referido que nunca foi facultada a devida explicação inerente ao valor da caução. ----------

A Câmara deliberou aprovar por maioria com o voto contra da Senhora Vereadora Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues e com o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto vencido. ----------

---------- *Voto Vencido* ----------

"Declaro para registo na ata o meu voto vencido, com os seguintes fundamentos: ----------
- A documentação enviada não observa o Plano de prevenção da corrupção e infrações conexas, a Norma de controlo interno, o Regulamento das reuniões de Câmara, nem a Legislação do direito de oposição, pelo que não me vinculo à sua apreciação; ----------
- O relatório finalizado em 27 de agosto do corrente ano não foi previamente disponibilizado aos membros do Órgão Executivo e a sua autoria foi atribuída aos Chefes de Divisão, sem indicação da data; ----------
- Não há referência às atividades desenvolvidas pelo responsável pelo cumprimento normativo interno, função para a qual, o Dr. Alexandre apenas foi nomeado em 04 de outubro de 2024, apesar da Legislação vigorar há vários anos; ----------
- Não foi apresentado relatório intercalar de 2024; ----------
- Não se abordam procedimentos de nomeação de gestores de contrato, apesar de existirem contratos em que os gestores são simultaneamente Funcionários da Câmara Municipal, Deputados Municipais ou Chefe de Gabinete;
- Não se apresenta o ponto de situação quanto à etiquetagem do património e inventário da Câmara Municipal, nem informação atualizada no Portal Base GOV sobre contratos com trabalhos a mais; ----------
- Diversos Regulamentos Municipais encontram-se desatualizados e em incumprimento e não foi feita referência aos fundos de maneio, em especial ao da CPCJ nem ao concurso para Fiscal Municipal." ----------

4-PROPOSTA DE PROTOCOLO DE PARCERIA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES E A AJAP – ASSOCIAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL. ----------

Considerando: ----------
- A necessidade de promover uma prestação de serviços cada vez mais eficaz e de melhor qualidade aos munícipes agricultores, ovinicultores e apicultores no concelho de Fornos de Algodres, distrito da Guarda;
- Que a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) é uma organização reconhecida por diversos Ministérios e Organismos Públicos; ----------
- Que um dos objetivos da AJAP consiste em contribuir para a valorização técnica e empresarial dos Jovens Agricultores, Agricultores, Produtores Pecuários e Florestais e Jovens Empresários Rurais; -------
- Que a AJAP promove, há vários anos, a figura do Jovem Empresário Rural (JER), criada oficialmente pelo Decreto-Lei n.º 9/2019, de 18 de janeiro, e regulamentada pela Portaria n.º 143/2019, de 14 de maio, com o objetivo de atribuir um carácter distintivo ao empreendedorismo no mundo rural, potenciando a criação de emprego e fixação de jovens; ----------
- A iniciativa em curso, promovida pela AJAP, a par de vários parceiros e subscritores, públicos e privados, do Pacto - Inovação Portugal Rural, que pretende impulsionar a revitalização dos territórios rurais e apoia o rejuvenescimento e a dinamização económica, social e cultural das zonas rurais; ----------
- Que o Município de Fornos de Algodres pretende dinamizar a atividade económica, empresarial e agrícola nos territórios rurais da sua área de intervenção, nomeadamente criar mais investimento nas áreas agrícola, pecuária, florestal e rural, apoiando os seus munícipes e agentes do território. ----------
- E que o projeto se enquadra no Orçamento Municipal, na GOP nº 08 01 2023/75 1/2, com o código classificação orçamental é 02 040701. ----------
Assim remete-se a minuta de protocolo de parceria a celebrar com a AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, para apreciação e votação em sede de reunião do Executivo, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra referindo que já há algum tempo que se têm vindo a estreitar relações com a AJAP por se considerar que tem estado a desenvolver um excelente trabalho no concelho de Fornos de Algodres, sendo prova viva de tal facto, a participação do seu Diretor Executivo nas Jornadas Técnicas da última Feira do Queijo Serra da Estrela, no Mercado Municipal. O Senhor Vereador Alexandre Lote mais informou que a respetiva relação com a AJAP se tem vindo a aprofundar, o que, na sua opinião, poderá ser muito profícua em prol dos agricultores, até porque dela fazem parte integrante dois jovens do concelho de Fornos de Algodres, altamente capacitados e que têm uma forte ligação ao setor agrícola, o que deverá ser devidamente reconhecido por todos. O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção informando que a AJAP havia solicitado uma reunião com o Município de Fornos de Algodres, no sentido de informar que o contrato ou o acordo que existe com a Caixa de Crédito Agrícola estaria em vias de terminar, o que seria sinónimo de que iriam

ficar, brevemente, sem instalações no concelho de Fornos de Algodres, sendo que, nesse seguimento se entendeu por bem que se poderia encetar algum tipo de conversação, no sentido de celebrar um protocolo que se considera que será importante para o Município de Fornos de Algodres, assim como para os agricultores e para a própria revitalização do setor agrícola do concelho, que poderá contar com membros altamente qualificados. ----------
No seguimento do explanado pelo senhor Vereador Alexandre Lote, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou qual seria o espaço físico que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres iria destinar para a sede da AJAP, tendo o Senhor Vereador Alexandre Lote clarificado que o mesmo se situará na loja do BUPI, em frente à Câmara Municipal, onde era antigamente o restaurante "Os Unidos". A Senhora Vereadora Joaquina Domingues sublinhou que tinha uma opinião que poderia ser alterada na presente reunião, uma vez que tinha conhecimento da existência do Gabinete do Agricultor na Caixa de Crédito Agrícola e, no seu entender, seria pouco gratificante que a Câmara Municipal celebrasse tal acordo, havendo já duas pessoas a ocupar dois postos de trabalho, os quais muito preza, e que poderiam vir a perder o seu emprego. Neste contexto, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou se os dois jovens continuariam a manter os seus postos de trabalho, ao serviço da AJAP, tendo o Senhor Vereador Alexandre Lote referido que, aquando da reunião com a AJAP, foi comunicado que estavam com dificuldade em dar resposta ao valor contratual que tinham para com os jovens, sendo que o Município de Fornos de Algodres manifestou a sua disponibilidade para poder dar o devido apoio no sentido de manter os referidos postos de trabalho, a partir do momento em que tal facto se refletisse em trabalho prestado ao Município de Fornos de Algodres, no âmbito do protocolo, podendo os dois jovens ficar a gerir os regulamentos dos ovinicultores e apicultores, o que facilitará o trabalho do Dr. João Castelo Branco e da Eng.ª Inês Madeira, libertando-os para outro tipo de atividades, nomeadamente a organização das Jornadas Técnicas da Feira do Queijo Serra da Estrela, realização de visitas a explorações que possam ajudar os agricultores a ter uma visão diferente do setor, ou seja, pretende-se transformar o referido apoio em valor acrescentado para o território, e neste sentido, foi proposto o valor que consta no protocolo, que é perfeitamente razoável e que, indiretamente, irá permitir que a AJAP mantenha os dois postos de trabalho. ----------
A Senhora Vereadora Cristina Guerra usou da palavra sublinhando que o concelho de Fornos de Algodres tem potencialidade agrícola, sendo que apenas será necessário que seja devidamente trabalhado nesse sentido. -----
O Senhor Presidente usou da palavra sublinhando que a AJAP tem feito um excelente trabalho, sendo que tal se espelhou na dinâmica das candidaturas elaboradas pelos agricultores do concelho de Fornos de Algodres e que foram apresentadas à Adruse e, neste contexto, o Senhor Presidente acrescentou que foi realizada uma ação de divulgação relativamente ao Plano Estratégico da Adruse, na Biblioteca Municipal Maria Teresa Maia Gonzalez, em que participaram cerca de cinquenta pessoas, no sentido de dar a conhecer os vários Projetos, embora as verbas do Quadro Comunitário para tais projetos, tenha vindo a decrescer significativamente. Relativamente aos dois técnicos da AJAP, o Senhor Presidente referiu que certamente irão ter uma palavra importante a dizer relativamente a todo o trabalho desenvolvido no setor agrícola, uma vez que também assume a responsabilidade de que efetivamente se verificou uma falha por parte do Gabinete de Apoio ao Ovinicultor do Município de Fornos de Algodres, sendo que se poderia ter feito muito mais no âmbito do desenvolvimento do setor agrícola, no entanto

não seria na penúltima reunião de Câmara que iria imputar responsabilidades a um técnico do Município de Fornos de Algodres. ----------

A Câmara deliberou aprovar por maioria com o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto vencido. ----------

---------- *Voto Vencido* ----------

"Declaro para a ata o meu voto vencido com os seguintes fundamentos: ----------

- A documentação remetida com a convocatória, datada de 15 de setembro, não cumpre com a Norma de controlo interno, Regimento das reuniões da Câmara Municipal, nem com o Plano de prevenção de corrupção e infrações conexas, pelo que não me vinculo à sua apreciação; ----------

- Não é indicada qualquer rubrica/cabimentação nem são apresentados fundamentos para compromissos assumidos por quatro anos em reunião de 18 de setembro de 2025, às vésperas das eleições de 12 de outubro; -

- Algumas atividades previstas pela AJAP coincidem com funções já comtempladas no mapa de pessoal recentemente aprovado para a Câmara Municipal." ----------

5-PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA ----------.

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. ----------

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. ----------

Não se tendo verificado intervenção por parte do público e não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. ----------

O Presidente da Câmara

(António Manuel Pina Fonseca)

A Secretária

(Célia Maria Candeias Ferreira)

O Original encontra-se assinado
no Gabinete de Apoio à Presidência